



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

Ofício n. 132/2019-GPR.

Ref.: Protocolo n. 49.0000.2019.000986-5.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Ao Exmo. Sr.

Conselheiro Federal **Chico Couto de Noronha Pessoa**

Presidente da Comissão Especial de Direito Previdenciário

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Brasília - DF

Assunto: **Designação. Grupo de Trabalho. Conselho Nacional de Justiça.**

Senhor Conselheiro Federal.

Cumprimentando-o cordialmente, levo ao conhecimento de V.Exa. o recebimento de expediente oriundo do Conselho Nacional de Justiça, no qual solicita a indicação de representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para integrar o Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e apresentação de propostas ao procedimento das ações judiciais dos benefícios previdenciários por incapacidade.

Ao registrar que tive a honra de indicá-lo, por intermédio da Portaria n. 059/2019 (anexa), para representar a Entidade, encaminho cópia dos documentos correspondentes.

Certo de contar com a colaboração de V.Exa., apresento votos de pleno êxito no cumprimento das missões do encargo, ao tempo em que aproveito para manifestar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Felipe Santa Cruz
Presidente Nacional da OAB



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D.F.

PORTARIA N. 059/2019

Designa representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para integrar o Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e apresentação de propostas ao procedimento das ações judiciais dos benefícios previdenciários por incapacidade, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no uso das suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE

designar o Conselheiro Federal e Presidente da Comissão Especial de Direito Previdenciário **Chico Couto de Noronha Pessoa** (PI) para integrar o Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e apresentação de propostas ao procedimento das ações judiciais dos benefícios previdenciários por incapacidade, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, como representante desta Entidade.

Dê-se ciência e registre-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Felipe Santa Cruz
Presidente



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



- CF 07/02/2019 15:01:00 BI



49.0000.2019.000986-5

Ofício nº **73**/GP/2019

Brasília, 6 de fevereiro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
FELIPE SANTA CRUZ
Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Brasília/DF

Assunto: **Indicação de membro para Grupo de Trabalho.**

Senhor Presidente.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, e considerando o teor da Portaria CNJ n. 20, de 4 de fevereiro de 2019, anexa, solicito a indicação de um(a) Advogado(a) integrante da Comissão de Direito Previdenciário para integrar o Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e apresentação de propostas ao procedimento das ações judiciais dos benefícios previdenciários por incapacidade.

Atenciosamente,

Ministro **DIAS TOFFOLI**
Presidente



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA Nº 20 , DE 4 FEVEREIRO DE 2019.

Institui Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e apresentação de propostas ao procedimento das ações judiciais dos benefícios previdenciários por incapacidade.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a efetividade na prestação jurisdicional, a garantia dos direitos da cidadania, a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, a adoção de soluções adequadas aos conflitos e a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes consubstanciam macrodesafios do Poder Judiciário, nos termos da Resolução CNJ nº 198/2014;

CONSIDERANDO os objetivos do “PROGRAMA RESOLVE”, instituído por este Conselho para fins de acompanhamento, gestão e fomento da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse, normatizada pela Resolução CNJ nº 125/2010;

CONSIDERANDO que o “PROGRAMA RESOLVE” contempla projeto específico voltado à implementação de tratamento isonômico à demanda previdenciária dos benefícios por incapacidade, independentemente da unidade judiciária na qual tramita a ação;

RESOLVE:

Art. 1º Institui Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e apresentação de propostas ao procedimento das ações judiciais dos benefícios previdenciários por incapacidade, especialmente no que se refere à padronização mínima

dos quesitos do laudo médico pericial do Juízo, com vistas ao desenvolvimento de versão eletrônica do documento no Processo Judicial Eletrônico – PJe, à criação de cadastro nacional e de polos regionais de peritos para atuação nos segmentos das Justiças Federal e Estadual e à uniformização do valor dos honorários periciais nos dois segmentos de justiça referidos.

Art. 2º Integram o Grupo de Trabalho, sob a presidência da primeira:

I – Daldice Maria Santana de Almeida, Conselheira do CNJ;

II – Fernando Cesar Baptista de Mattos, Conselheiro do CNJ, que o coordenará;

III – Livia Cristina Marques Peres, Juíza Auxiliar da Presidência, que o secretariará;

IV – Bráulio Gabriel Gusmão, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;

V – Paulo Sérgio Domingues, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região;

VI – Paula Patrícia Provedel de Mello Nogueira, Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

VII – Bruno Takahashi, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região;

VIII – Livia de Mesquita Mentz, Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

IX – Marco Bruno Miranda Clementino, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região;

X – 01 (um) Procurador(a) da República vinculado à Procuradoria dos Direitos do Cidadão, indicado pela Procuradora-Geral da República;

XI – 01 (um) Procurador(a) Federal, indicado(a) pelo Procurador-Geral Federal;

XII – 01 (um) Defensor(a) Público(a) Federal, indicado pelo Defensor Público-Geral Federal; e

XIII – 01 (um) Advogado(a) integrante da Comissão de Direito Previdenciário, indicado(a) pelo Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho poderá contar com o auxílio de profissionais da área médica pericial.



Art. 3º O Grupo de Trabalho terá a duração de 90 dias, a contar da data de publicação desta Portaria, admitida prorrogação por igual período.

Art.4º Fica revogada a Portaria CNJ nº 67, de 28 de junho de 2016.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Ministro **DIAS TOFFOLI**

Simone Linhares Dutra

De: CNJ/SEP <sep@cnj.jus.br>
Enviado em: quinta-feira, 7 de fevereiro de 2019 13:31
Para: CFOAB.Presidência
Assunto: Indicação de membro para Grupo de Trabalho
Anexos: Oficio_0611245_2019_02_07_12_24_43.pdf_part_3.pdf; Portaria_0610426
_Portaria_20_2019_Institui_GT_Beneficios_Previenciarios_por_Incapacidade.pdf

Senhor Presidente,

De ordem, encaminho Ofício n.º 79/GP/2019 acompanhado da Portaria nº 20/2019-CNJ que institui Grupo de trabalho, para conhecimento e demais providências que o caso requer.

Favor acusar recebimento dos expedientes.

Respeitosamente,

Paulo Henrique Souza dos Santos
Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica - SEP Conselho Nacional de Justiça - CNJ
(61) 2326-4767

Este e-mail foi verificado pelo Bitdefender



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

Ofício n. 131/2019-GPR.

Ref.: Protocolo n. 49.0000.2019.000986-5.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Ao Exmo. Sr.
Ministro Dias Toffoli
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília - DF

Assunto: Indicação de representante. Grupo de Trabalho. Estudos e apresentação de propostas. Ações Judiciais. Benefícios previdenciários por incapacidade.

Senhor Ministro.

Cumprimentando-o cordialmente, acuso o recebimento do Ofício n. 73/GP/2019, por intermédio do qual V.Exa. solicita a indicação de representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para integrar o Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e apresentação de propostas ao procedimento das ações judiciais dos benefícios previdenciários por incapacidade.

Nesse sentido, tenho a honra de comunicar a designação do Conselheiro Federal e Presidente da Comissão Especial de Direito Previdenciário **Chico Couto de Noronha Pessoa** (endereço: Rua Senador Cândido Ferraz, n. 1250, Ed. Office Tower, sala 608, Jóquei, Cep.: 64049-250, Teresina/PI; telefones: 86 3084-0266 e 86 98120-2820; e-mail: chicocouto30@gmail.com e chicocouto@hotmail.com), para representar a Entidade.

Aproveito o ensejo para renovar votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Felipe Santa Cruz
Presidente Nacional da OAB